

Áreas de Montanha e Turismo. Conflitos e complementaridades na apropriação do território

Gonçalo J. Poeta Fernandes¹
goncalopoeta@ipg.pt

Introdução

Ao longo dos tempos, e em particular desde o século XIX, a percepção e as formas de apropriação da montanha sofreram variações consideráveis. A imagem de espaço isolado, inóspito, explorado com base na extracção de recursos naturais abundantes – hídricos, florestais e mineiros –, dominante até às primeiras décadas do século XX, alterou-se, passando a montanha a ser alvo de outras funções e usuários, que promoveram mudanças na tradicional estrutura social e organizacional.

Os desequilíbrios das estruturas populacional e económica, que as médias montanhas vêm conhecendo, provocaram um quadro de exclusão e marginalização territorial, com rupturas do modelo de desenvolvimento em que se apoiavam, conduzindo estes espaços para uma situação de crise. Em simultâneo, assiste-se à sua valorização ambiental e cultural, que suscita novos usos e expectativas, em especial relacionados com o turismo.

As crescentes preocupações ambientais têm dado uma nova projecção à montanha, mercê da integridade dos seus recursos e diversidade de ecossistemas. Tal justifica as iniciativas internacionais com o objectivo de classificar e promover estes territórios. A Assembleia das Nações Unidas promulga 2002 como o *Ano Internacional da Montanha*, revelando empenho na salvaguarda dos recursos e modos de vida específicos.

A (re)descoberta e difusão dos valores ecoculturais e das potencialidades lúdicas e desportivas associadas à montanha, conferem-lhe uma crescente atracção turística, em que as maiores disponibilidades de tempo, recursos económicos, meios de transporte,

¹ Unidade Técnico-Científica de Turismo e Lazer, ESTH/IPG
Investigador do E-Geo, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional FCSH/UNL

unidades de acolhimento e equipamentos de lazer atraem cada vez mais a população urbana. Atendendo a esta evolução tem-se afirmado, nas últimas décadas, uma política conservacionista e proteccionista que visa, apoiada em parâmetros ambientais, a delimitação e restrição de usos, bem como a sua classificação como parques ou espaços naturais protegidos. Estas intervenções permitiram a salvaguarda e manutenção das características ecológicas, mas condicionaram a sua valorização como espaço de relação e equilíbrio social, económico e ambiental (FERNANDES, G. 2001). Assinale-se que as questões relacionadas com o turismo conheceram orientações genéricas, i.é, sem terem em consideração a especificidade territorial.

O estudo insere-se na análise do significado e evolução das regiões de montanha, tomando como objecto de estudo as principais serras da Cordilheira Central. O propósito fundamental desta investigação consiste em analisar a desarticulação da estrutura produtiva e social e a sua revalorização como espaço de consumo e de novas afectações territoriais, com destaque para as actividades de turismo, que exigem uma política adequada de desenvolvimento para estas áreas de montanha. Procura-se avaliar o dinamismo dos espaços de montanha, caracterizar as actividades turísticas e suas incidências socio-económicas e territoriais e percepcionar as transformações estabelecidas.

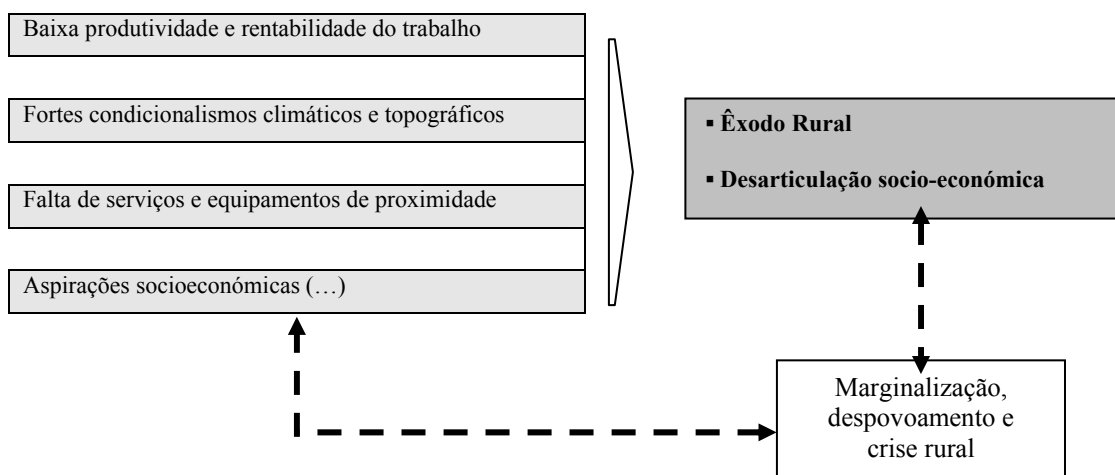
1. As áreas de montanha: especificidade territorial e complexidade de usos e ocupações

Na actualidade, as médias montanhas apresentam-se como sistemas naturais e sociais desarticulados e desequilibrados, em virtude dos processos de apropriação e uso dos agentes económicos e da crescente pressão e submissão pelas áreas urbanas. O incremento de vias de comunicação e outros meios de relação social reduziram os seus condicionalismos², mas também evidenciaram as desigualdades com os meios de vida das áreas baixas, especialmente os urbanos, e recalçaram o sentimento de inferioridade.

² O isolamento físico, a falta de comunicações e a marginalização foram, durante décadas, os aspectos mais evidentes destas regiões.

Apesar do acréscimo de infra-estruturas de comunicação, energia, equipamentos colectivos e alojamento turístico, permanecem acentuadas marcas de arcaísmo, onde a dureza das actividades, face às condições físicas (relevo acidentado, fortes declives, possibilidades agro-pastoris débeis e fortes imposições climáticas), implica uma organização do espaço e dos modos de vida para a subsistência. Estes elementos impõem um trabalho pouco produtivo, penoso, irregular e de baixa rentabilidade, que força a saída de grandes contingentes de população e a desarticulação da estrutura sócio-económica tradicional, alicerçada no sistema agro-silvo-pastoril (figura 1). Os espaços agrícolas vão sendo abandonados, ao ritmo do êxodo rural, progredindo assim os terrenos incultos e a florestação (FERNANDES, G., 2005).

Figura 1. Factores indutores da desarticulação sócio-económica da montanha



Numa visão retrospectiva das alterações e transformações sofridas ao longo do último século, período onde a montanha sofre as maiores modificações em termos de posse e uso da terra, bem como da forma como é percebida, podemos estabelecer três fases. Até à primeira metade de século XX, persistiu a manutenção das formas de vida e sistemas de produção tradicionais, embora tenham início alterações na gestão do território, que vão marcar um novo ordenamento destas áreas. Nas três primeiras décadas, procedeu-se à apropriação dos baldios e das áreas florestais por entidades públicas, traduzida no desaparecimento progressivo de entidades comunais e no surgimento, em simultâneo, de pequenos proprietários. Este processo restringiu a

pastorícia, em virtude das limitações e imposições criadas à deambulação dos gados, e levou ao aparecimento de outras formas de delimitação da propriedade, bem como ao incremento da actividade agrícola, mercê do acréscimo populacional registado. Desta forma, desencadeou-se um aproveitamento mais criterioso do solo, que levou à ocupação de espaços marginais e à construção indiscriminada de socacos para obtenção de terra para cultivo, o que provocou arroteamento de terras, com aproveitamento de áreas de fraca vocação agrícola e de baixa rentabilidade. A partir desta altura, verifica-se um forte fluxo migratório em direcção às áreas urbanas, especialmente do litoral, a pólos de especialização industrial e ao exterior. Esta perda de recursos humanos representa o processo mais significativo de subordinação e submissão das regiões de montanha às zonas urbano-industriais, originando desequilíbrio na estrutura social e económica.

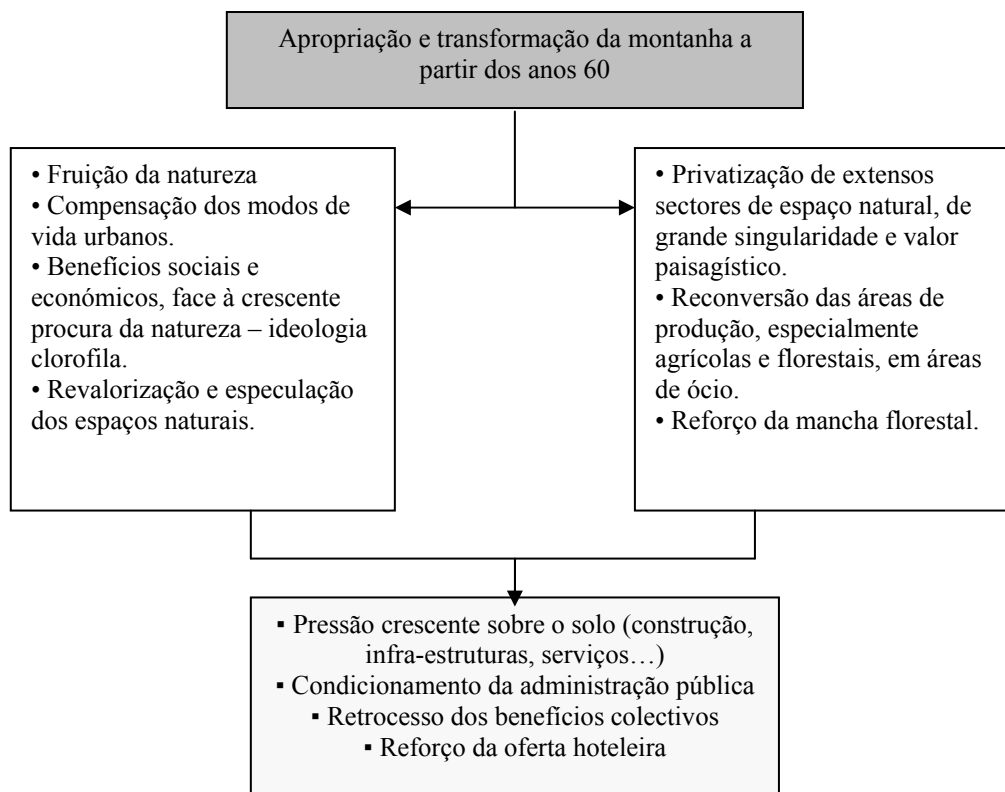
A apropriação pela sociedade urbana de espaços naturais, especialmente das zonas de montanha mais próximas às áreas urbanas, onde as classes mais privilegiadas “colonizam” as terras libertadas pelos agricultores e pastores, levou a mudanças no uso e organização destes territórios. O desaparecimento das formas tradicionais de gestão territorial³, por um modelo administrativo institucional, induziu uma desarticulação das relações económicas e sociais estabelecidas, muitas delas de forma solidária, com consequentes rupturas na produção agro-pastoril e no uso de áreas comunais e baldios. Muitos destes terrenos foram apropriados de forma coerciva pelo Estado, condicionando fortemente a sua forma de ocupação e modos de vida, apoiadas na criação extensiva de gado.

O surgimento de mudanças produtivas e a introdução de novas formas de exploração dos recursos contribuiu para o processo de desarticulação⁴ das bases sustentadoras do modelo social e territorial da montanha, originando incompatibilidades e desaparecimento de certas actividades tradicionais (ORTEGA VALCARCEL, 1989).

³ No sistema tradicional agro-pastoril, cada núcleo, vale ou encosta constituía uma pequena sociedade com relativa autonomia, em que o comunitarismo era uma necessidade e um elemento de coesão e solidariedade, com modos de vida e formas de uso do solo próprios, face aos ritmos e condições físicas da montanha (CABERO DIEGUEZ, V. 1980).

⁴ A emigração da população jovem, a penetração de novos hábitos de consumo e comportamento, de novos símbolos monetários e técnicas de produção, têm apagado as características tradicionais do trabalho comunitário, acentuando as actividades individualistas e rejeitando a organização solidária dessas comunidades.

Figura 2. Apropriação e transformação da montanha a partir dos anos 60



A partir dos anos 60, ocorre uma modificação profunda das suas comunidades e da respectiva organização territorial, com implicações na paisagem e nos modos de vida (figura 2). Assiste-se ao recuo das áreas cultivadas, ao incremento dos incultos e à degradação de estruturas ancestrais da economia e das relações sociais da montanha, como os socalcos, muros divisórios das propriedades, moinhos e caminhos. Estes processos rompem com o sistema tradicional agro-pastoril e provocam uma submissão crescente dos espaços de montanha à lógica economicista geral e aos interesses urbanísticos e capitalistas externos (CABERO DIEGUEZ, V. 1980). Esta situação quebrou a relativa autonomia das comunidades de montanha, com sólidas relações de coesão e solidariedade.

A deficiente acessibilidade, um dos principais argumentos da marginalização, favoreceu a manutenção e autenticidade dos aspectos naturais que valorizam as regiões de montanha, em particular as mais afastadas das áreas urbanas. O fundamento económico e social das comunidades serranas foi, tradicionalmente, a agricultura de subsistência; contudo, a progressiva debilidade destes espaços gera uma tendência de especialização

na pecuária extensiva e no reforço de culturas forrageiras, alargando os pastos e reduzindo a área de cultivo às terras férteis, junto das linhas de água ou das aglomerações. A abertura ao exterior e o confronto do modelo produtivista de mercado com a sua estrutura económica tradicional incrementam a sua debilidade, em relação às áreas baixas, arrastando-as para um processo de crise a que se vêem submetidas nas últimas décadas.

2. O Turismo em áreas de montanha. Conflitos e complementaridades

A procura de alternativas aos modelos de crescimento e desenvolvimento das regiões periféricas e que apresentam um recuo da sua estrutura produtiva, encontra no turismo uma das actividades que maior dinamismo tem revelado para a inversão económica e compensação das actividades produtivas tradicionais, capaz da rentabilização⁵ e mobilização dos recursos endógenos e promoção de actividades complementares. *A montanha está vinculada desde as origens ao fenómeno turístico* (SONEIRO CALLIZO. J., 1991, p.134), face à sua dimensão como espaço de recreio e lazer e à sua expressão natural. Estas características têm fortalecido a sua vocação recreativa, afirmando-se, cada vez mais, como a grande alternativa ao turismo do litoral.

A montanha tem-se tornado alvo de múltiplos interesses, que vão da contemplação ao uso com distintos motivos e diferentes graus de intensidade. Neste sentido, converte-se num espaço de consumo⁶, reforçado na actualidade, pela manutenção de grande parte da sua integridade, natural e cultural. *A população urbana é a que mais procura este*

⁵ O turismo gera rendimentos, emprego, receitas cambiais, impulsiona o desenvolvimento de outros sectores económicos e ajuda a pagar e justificar infra-estruturas que vão beneficiar a comunidade em geral (INSKEEP, E. 1991).

⁶ Face à crescente procura de espaços de grande integridade natural, como são as serras portuguesas, é cada vez mais necessário encetar políticas que regulamentem o turismo e os locais do seu desenvolvimento, salvaguardando o património ambiental, mas de forma que este constitua elemento indutor e potenciador do sector. O crescimento do turismo de conotação ecológica, em virtude de um vasto conjunto de factores que têm conduzido à degradação do ambiente, parece constituir um dos argumentos de aposta na promoção do espaço que detêm características naturais assinaláveis, bem como a necessidade de encontrar alternativas económicas para estas áreas com grandes debilidades económicas, como são os territórios serranos.

espaço, induzida de forma crescente por uma mentalidade “verde”, para a qual a montanha constitui um refúgio (SUE, 1982 *apud* GONZALES POLLEDO, L. 1994, p.100).

A estruturação do turismo nas áreas de montanha deve assentar numa visão a longo prazo, em que os benefícios económicos resultem da sua preservação e não da apropriação sem regras. Em suma, se o turismo é uma actividade conhecida destas regiões, é especialmente a partir da década de 70 que em Portugal a conjugação de múltiplos factores induziu a sua revalorização e promoção. Dentro destes, destacam-se, por um lado, os associados às expectativas criadas para o desenvolvimento económico das regiões, face às suas debilidades e, por outro, o despontar⁷ da procura para áreas de grande valor natural e cultural.

A gestão e ordenamento dos territórios turísticos surge em Portugal especialmente direccionado para as áreas litorais, embora tendo existido uma preocupação de exploração das áreas de montanha pelas suas condições naturais e reconhecimento terapêutico. A riqueza patrimonial das serras portuguesas, com um conjunto alargado de recursos turísticos, alicerçado nas suas excepcionais condições naturais e no seu património cultural, tem contribuído para a sua crescente procura, cuja dotação em infra-estruturas de transporte e novos equipamentos de alojamento tem sido determinante. Os espaços naturais tendem a ser cada vez mais procurados, potenciando um turismo alternativo. A estrutura física, a floresta, as condições climáticas, as formas de uso e ocupação do solo, a distribuição dos diversos conjuntos históricos e arquitectónicos, a vegetação e os recursos hídricos, representam os principais recursos turísticos da montanha portuguesa e levam a que esta constitua um mosaico diversificado, que dá origem a diferentes produtos e estratégias de desenvolvimento. Neste sentido, tem-se verificado um alargamento da oferta de alojamentos e equipamentos turísticos nas serras portuguesas, quer pelo surgimento de novas edificações, quer pela recuperação de imóveis através da modalidade de Turismo em

⁷ Estes espaços têm evidenciado fortes potencialidades de aproveitamento em termos turísticos, em virtude do seu património natural e histórico-cultural, traduzido num incremento do número de turistas e num consequente aumento do investimento no sector. Contudo, no nosso país, as intervenções têm-se caracterizado por uma certa marginalização, em função da falta de promoção, informação e melhoria das infra-estruturas e equipamentos desses locais, bem como a sua animação, embora se registem apreciáveis melhorias.

Espaço Rural (TER). As aldeias históricas têm sido valorizadas e promovidas, surgindo como referências atractivas do interior do país, em especial quando incluídas em áreas de grande preservação natural. Representam patrimónios herdados e recuperados, no respeito pelas economias locais e mantendo as tradições e usos, embora registando alguma inovação em termos de equipamentos e comodidade. Há também a assinalar a recuperação de numerosas habitações para fins residências permanente ou de lazer, especialmente na serra da Lousã e nas serras algarvias, descobertas por uma população alógena, que poderá inverter as tendências de despovoamento e a manutenção de certas actividades, como acontece nas aldeias de Xisto da Serra da Lousã, estudadas por CRAVIDÃO, F. (1989) e CARVALHO, P. (2005). Na serra da Estrela as suas potencialidades associadas ao turismo de neve tem contribuído, de forma significativa, para a economia local e para o alargamento da oferta hoteleira como ficou retratado nos trabalhos de FERNANDES, G. (1998, 2000 e 2004).

Em Portugal, as preocupações de planeamento turístico, com referência territorial, têm tido pouca expressão, com excepção do Plano Nacional de Turismo (1986) e do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT – 2006-2015). Contudo, face ao crescimento e repercussões induzidas no território por esta actividade nas últimas três décadas, tem havido uma maior atenção e responsabilização das entidades administrativas na sua análise e gestão territorial, com base na criação de organismos para controlar e potenciar a sua expansão.

O primeiro documento de orientação e planificação do sector, o Plano Nacional de Turismo, embora denote alguma ineficácia pela falta de um órgão executivo próprio, traduziu-se na divisão do território por áreas turísticas e pela definição de princípios gerais de actuação e promoção do turismo. Nesta divisão⁸, a região turístico-promocional de montanhas tem a maior dimensão geográfica⁹, visto albergar 84 concelhos numa área que se estende no interior do país desde o distrito de Castelo Branco até Bragança, ocupando as Nut's III do Pinhal Interior, Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira, Dão Lafões, Douro e Alto Trás-os-Montes.

⁸ Em termos de divisão nacional foram definidas seis áreas temáticas: montanhas, planícies, Algarve, costa de Lisboa, costa de prata e costa verde.

⁹ Toda esta área apresenta características próprias, que a definem e a conotam com a montanha em função do seu afastamento do litoral e um vasto conjunto de serras que lhe imprimem as especificidades de montanha e permitem fazer a diferenciação do resto do país.

Muitos dos concelhos abrangidos têm pouco significado como territórios de montanha, em termos de características físicas, mas as suas condições sócio-económicas e o seu afastamento geográfico justificaram a sua inclusão para a definição de uma unidade territorial integrada. Neste conjunto destacam-se, pela sua altitude, estrutura produtiva e área ocupada, as serras do extremo ocidental da Cordilheira Central, Malcata, Estrela, Gardunha e Lousã, as serras do Buçaco, Caramulo e Montemuro e o complexo transmontano desde a serra do Mogadouro ao Marão, prosseguindo para norte em direcção ao Gerês e a Montesinho. Todo este território constitui, genericamente, o interior centro e norte do país, em que muitas serras estão incluídas em estruturas montanhosas transfronteiriças. Esta classificação territorial para fins estatísticos foi utilizada pelo INE até 1998, condicionando posteriormente a análise do espaço promocional de turismo Montanha.

Refira-se que a “planeamento” do turismo em espaços de montanha tem sido orientado com base em critérios de limitação, mais do que impulso, especialmente quando inseridos em área de protecção (Parques, Reservas...). A importância das serras como espaços vocacionados para o turismo está pouco desenvolvida, ficando a sua acção limitada aos critérios de protecção ambiental e paisagística, regulamentados pelas entidades responsáveis pela sua administração e ordenamento, nomeadamente através dos PDM's ou dos planos de ordenamento quando classificadas como áreas protegidas. Neste sentido, pode afirmar-se que não existe em Portugal uma política de turismo de montanha, mas apenas conjunto de orientações de ordem técnica que equacionam o turismo como forma de dinamização e incremento económico e social destes espaços

3. A gestão integrada da montanha e as políticas de ordenamento

Reconhecendo as debilidades das áreas de montanha e a sua crescente procura, em virtude das novas actividades e motivações, é necessário estabelecer orientações específicas de intervenção e desenvolvimento do turismo de forma responsável¹⁰.

¹⁰ Neste sentido é preciso referir os interesses antagónicos que estão em jogo nestes locais, nos quais normalmente o ambiente sai a perder, face ao poder que os benefícios económicos acarretam.

Assim, urge criar linhas programáticas de ordenamento e gestão do território de montanha, que se articulem com as diversas propostas dos espaços administrativos que integram, dos planos sectoriais vigentes e das indicações comunitárias, constituindo bases estratégicas para a regulamentação da actividade e para a sua expansão em harmonia com o meio que lhe serve de suporte. As tendências actuais de apoio e promoção do turismo em espaço rural, com linhas de crédito específico e programas comunitários de apoio, estão a induzir uma valorização crescente destes espaços e do seu património. Urge, pois, que este apoio ao mundo rural seja levado de uma forma mais profunda, indo ao encontro das realidades próprias destes locais, para que se promova um desenvolvimento integrado e não especulativo, quer da natureza quer da própria ruralidade em que estão inseridos.

Como referem, CRAVIDÃO, F e CUNHA, L. (1994, p. 90), *“O turismo, uma forma privilegiada de rentabilização de espaços rurais deprimidos e de resposta aos anseios e expectativas de desenvolvimento das suas populações, deverá ser devidamente enquadrado em planos de ordenamento do território que tenham em conta não só os interesses das várias áreas de desenvolvimento económico, mas também as necessidades da preservação da boa qualidade das condições ambientais, ou seja que permitam a recuperação e desenvolvimento económico de espaços por vezes inóspitos e quase sempre repulsivos, mas sem que sejam transpostos os limiares de tolerância das condições físico-naturais que ponham em causa a própria sobrevivência do turismo.”*

Do ponto de vista económico, os benefícios esperados são o aumento do emprego para os residentes locais, o acréscimo das receitas das actividades relacionadas com o turismo, o estímulo ao aparecimento de novas empresas turísticas, promovendo e diversificando a economia local, o encorajamento à produção de bens e produtos locais, a melhoria da oferta de serviços e equipamentos. Os benefícios do turismo podem também proporcionar melhoria dos padrões de vida locais, pela promoção estética, espiritual e de outros valores relacionados com o bem-estar, apoiar a educação ambiental para visitantes e locais, encorajar o desenvolvimento e valorização da cultura.

Todos estes benefícios proporcionados, quer de forma directa quer indirecta, permitem avaliar a validade da actividade turística enquanto factor de desenvolvimento local e regional. Neste sentido, e face à complexidade de agentes intervenientes sobre estes territórios, é imperiosa a articulação de esforços e a construção de um modelo turístico

sustentado que potencie a valorização deste espaço e das actividades económicas, atendendo às características e motivações da procura.

O sucesso da montanha será resultado da estratégia de aproveitamento e divulgação dos seus recursos, na medida que se verifica um incremento de formas e modalidades de turismo com motivações e apropriações diferenciadas. A actividade turística, para constituir um processo efectivo de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações, deverá ser sempre promovida em harmonia com os parâmetros físicos e ecológicos do meio e com as diversas actividades existentes, exercendo com estas uma integração que se repercute na obtenção de benefícios comuns e sempre de modo a não constituir prejuízos, imediatos ou futuros, para o espaço onde ocorre. A promoção e o planeamento do turismo devem ser encaradas nesta dupla perspectiva, de potenciação das actividades e usos existentes e, simultaneamente, de usufruto condicionado, em função das limitações intrínsecas ao meio que lhe serve de suporte.

4.1 Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica

No sentido de estimular projectos de investimento turístico em áreas protegidas e áreas contíguas a estas, de carácter sustentável e promotoras de desenvolvimento económico, surgiu, no âmbito do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME¹¹), o Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR).

O sistema de incentivos a aplicar apoia-se num *Plano de Acção*¹², que visa assegurar o enquadramento dos projectos de investimento à tipologia de turismo sustentável, adequado às características e dinâmicas das áreas protegidas e contíguas consideradas, tendo três vectores de actuação: o planeamento¹³, o ordenamento¹⁴ e medidas de gestão ecológica¹⁵.

¹¹ O PRIME tem como objectivo fundamental promover a produtividade e competitividade da economia portuguesa, mediante o apoio selectivo da estratégia própria das empresas, visando garantir um desenvolvimento sustentável com vista ao reforço da sua competitividade a prazo, como forma de promover o crescimento do valor acrescentado nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2003, de 08 de Agosto).

¹² Portaria n.º 1214-B/2000, de 27 de Dezembro (art. 6º) e Portaria n.º 59/2005, de 21 de Janeiro.

¹³ Este vector identifica, em termos de organização da oferta turística, as áreas prioritárias de investimento turístico, cuja “vocação turística” deverá permitir uma intervenção capaz de

Na constituição do plano de acção participam o Instituto de Conservação da Natureza, a Direcção Geral de Turismo, o Instituto de Turismo de Portugal e as Regiões de Turismo que coordenam o processo. Para efeitos de elaboração e aprovação do respectivo Plano de Acção, no seu vector de Planeamento, estão envolvidas as entidades responsáveis pelas áreas protegidas, os municípios abrangidos pela área protegida e área contígua e a correspondente Região/Regiões de Turismo.

Estes Planos de Acção envolvem, de forma pioneira, a participação de autarquias, regiões de turismo e entidades gestoras das áreas protegidas, na determinação da vocação e no planeamento turísticos destes territórios, numa dinâmica integrada e complementar que aponta orientações estratégicas e uma *carta de compromissos* para a gestão ambiental e turística. Procuram incentivar a cooperação institucional e a valorização territorial, que se traduza pela combinação entre a criação de riqueza para as populações locais, através do financiamento dos produtos e equipamentos prioritários para o turismo de cada área e a preservação do ambiente. Na prática apresentam uma visão estratégica integrada do turismo para os vários concelhos das áreas protegidas, uma acção concertada das entidades de gestão, a qualificação da oferta existente, o estabelecimento de medidas de ordenamento, capazes de minimizar os efeitos negativos desta actividade sobre o meio, e a definição de usos adequados.

Nos Planos de Acção das áreas protegidas do PNSE e da PPSA verifica-se situações diferenciadas. Na primeira, pela sua dimensão, variedade de recursos e interesses turístico, existe uma preocupação de reforço e diversificação da oferta hoteleira, potenciando a recuperação de imóveis, a definição de usos e práticas de desporto, recreio e lazer e a formação profissional, percebendo a natureza como activo fundamental para o desenvolvimento do sector. Na segunda o plano é redutor,

potenciar sinergias e complementaridades entre diferentes projectos turísticos e contribuir para o desenvolvimento económico local/regional e a qualificação ambiental.

14 Visa contribuir para assegurar a racionalidade das opções de uso e transformação do solo, bem como, através da correcta localização dos diferentes projectos, contribuir para o desaparecimento de assimetrias económicas e sociais, a protecção dos recursos naturais e patrimoniais e o reforço da identidade local e regional.

15 Têm como objectivos a implementação e adopção de formas de gestão ecológica, a aplicar aos projectos de turismo sustentável, em três áreas fundamentais: consumo de água e energia e produção de desperdícios. Os promotores de projectos de turismo sustentável, em articulação com as entidades públicas envolvidas nos Planos de Acção, sempre que tal se revelar adequado, comprometem-se a criar as condições para a implementação de “boas práticas” relacionadas com a gestão ambiental e devidamente adequadas aos respectivos empreendimentos.

valorizando os percursos e circuitos como actividades a potenciar e a instalação de equipamentos nas povoações adjacentes à paisagem protegida.

Das doze candidaturas homologadas para os Concelhos da Cordilheira, num total de 18,7 milhões de euros de investimento, 8 (67%) são para a Serra da Estrela, sendo direccionados maioritariamente para o alargamento e diversificação da oferta hoteleira, em particular para a recuperação de imóveis, surgindo também alguma aposta em serviços de animação turística. Na prática, para além da definição dos princípios orientadores, objectivos e estratégias com a elaboração dos planos de acção, não se verificam acções concretas de intervenção nem uma sensibilização por parte das autarquias na sua promoção, em virtude de apresentarem limitações às lógicas de actuação territorial dos agentes económicos. A visão de um turismo de natureza e de forte sensibilidade pelas condições ambientais não tem merecido a devida atenção, visto condicionar as formas de apropriação mais rentável do solo e de tipologias turística de maior atractividade.

4.2 Programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional

No âmbito da promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento económico do país, surge o fomento de programas integrados turísticos de natureza estruturante de base regional, (Decreto-Lei n.º 70-B/2000, de 5 de Maio), designado PITER¹⁶.

Segundo o Instituto de Turismo de Portugal (2004) trata-se de um Programa que abrange projectos desenvolvidos num determinado território de intervenção (um ou vários concelhos), possibilitando a associação de investimento de natureza privada ou pública e proporcionando a dinamização de parcerias locais e regionais. Nas áreas de forte intensidade turística concorrem para a valorização e reabilitação desses destinos, incluindo a modernização da oferta existente, a sua integração urbanística e aproveitamento de nichos de mercado turístico.

¹⁶ Os programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional são conjuntos coerentes de projectos de investimento complementares entre si e implementados num horizonte temporal limitado, que prosseguem os mesmos objectivos estratégicos, com vista a alcançar alterações estruturais na oferta turística local ou regional e impacte económico-social significativo na área territorial em que se inserem (artº. 2).

O PITER constitui um meio financeiro de potenciar os territórios, especialmente as áreas com diversidade de recursos turísticos, que necessitem de ser promovidas e valorizadas. Neste âmbito as áreas de montanha puderam ser privilegiadas com candidaturas que desenvolvam de forma sinérgica o território. O projecto *Serra da Estrela Dinâmica*, é um exemplo com um investimento a rondar os 100 milhões de euros e financiado em 20% por verbas do sector público. Abrange duas dezenas de intervenções, onde sobressaem sete projectos-âncora para reconfigurar o turismo na região. O investimento prevê a construção de unidades hoteleiras em Manteigas, Gouveia, Guarda, Belmonte, Seia e Penamacor e a requalificação ambiental ou urbana de locais como a zona das Penhas da Saúde, o Covão d'Ametade, o Covão da Ponte, a zona ribeirinha da Covilhã, a reestruturação da estância de montanha e de ski, a implementação de um sistema de telecabines para atravessar parte do planalto central, o Centro de Interpretação dos Descobrimentos em Belmonte, o complexo termal de Unhais da Serra e a recuperação do edifício do antigo sanatório dos ferroviários, nas Penhas da Saúde. O Plano Nacional de Turismo considera a Serra da Estrela como um dos cinco pólos estratégicos do turismo nacional, a par dos Açores, Douro, Oeste, Algarve, Litoral Alentejano e Porto Santo, prevendo, para esta zona, o melhoramento dos acessos - nomeadamente os não rodoviários - e a criação de uma oferta hoteleira capaz de responder a todos os segmentos de turistas.

Conclusão

As regiões de montanha constituem espaços que simbolicamente estão ligados a aspectos de restrição, quer pelas limitações físicas, quer pelo fraco dinamismo demográfico e exiguidade de desenvolvimento das actividades económicas. Estes espaços vêm-se hoje revalorizados pelo seu potencial ecocultural, tornando-se atractivos ao nível paisagístico, ambiental e histórico-cultural. O turismo assume significado crescente nas políticas locais e nos investimentos, sendo percebido como actividade dinâmica e polarizadora de riqueza para a Cordilheira e sobretudo para a Serra da Estrela. A sua evolução depende, essencialmente, do modelo de ordenamento implementado, que deverá de forma acrescida articular a participação efectiva dos diversos agentes que intervêm, dinamizam e regulamentam a actividade.

O actual interesse pelas áreas de montanha está relacionado com a fragilidade e com os recursos naturais e culturais presentes, bem como com a reconversão e a reorientação funcional que procura ultrapassar a crise social, económica e territorial que evidenciam. A emergência de um novo sistema social e cultural ligado à sociedade urbana está na base das actuais tendências de ocupação dos espaços montanhosos e da sua valorização. As actividades turísticas revelam-se como as mais dinâmicas na apropriação do espaço e na estrutura económica destas regiões, fomentado o surgimento de serviços relacionados com a restauração, actividades desportivas e de lazer, a valorização e divulgação do património, a recuperação de imóveis e tradições. No entanto registam problemas estratégicos de gestão, que resultam da sua não eficiente valorização e promoção. Torna-se necessário o desenvolvimento de iniciativas, que dêem a conhecer as diversas potencialidades das regiões de montanha, promovam o seu espaço, a sua cultura e economia, reclamem um modelo de desenvolvimento específico, nos quais o turismo encontra um mosaico diversificado de recursos e potencialidades.

Bibliografia

- AAVV (1998) – Les enjeux des réformes européennes pour les régions de montagne, l’emploi et le développement durable, I Assis Européennes de la Montagne, Euromontana, Ljubljana, Slovénie.
- ABREU Y PIDAL, J.M. de (1990): “Ordenación de áreas de montaña”, in La Comunidad Europea y La Conservación de la Naturaleza. Universidad Complutense. Instituto Nacional para la Conservación de la Naturaleza, p. 130-140, Madrid.
- ANDRADE, E; NEVES, M; VIEIRA, G.(1992) – “Desportos de Inverno na Serra da Estrela. Contribuições para o estudo da sua viabilidade”, *Finisterra* 53-54, p. 157-193, CEG, Lisboa.
- ANDRADE, M. e All (1992) – “Desportos de Inverno na Serra da Estrela”, *Finisterra*, XXVII, nº 55-54, p.187-193, CEG, Lisboa.
- BALLART HERNÁNDEZ, J. B; TRESSERRAS, J. (2001) – *Gestión del Patrimonio Cultural*, Editorial Ariel, Bracelona.
- BORDESSOULE, E. (2002) – *Questions de géographie. Les Montagnes*, Editions du Temps, Nantes.

- CABERO DIEGUEZ, V. (1992) - "Las áreas de montaña y su problemática"; *La Geografía en España (1971-1990)*. Aportación española al XXVII Congreso Internacional. Washington, Fundación B.B.V., R.S.G. y A.G.E., p. 247-262, Madrid.
- CABERO DIEGUEZ, V. (1996) – “Los espacios naturales protegidos: el dilema entre la conservación y el desarrollo local”, in *Dinamismos Sócio-Económicos e (Re)Organização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, IEG/FLUC, p. 501-510, Coimbra
- CABERO DIEGUEZ, V. (1997) - “Los espacios naturales e la valorización del paisaje como recurso”. In *Cambios Regionales a finales del siglo XX*, Salamanca.
- CABRAL, J. e PENA, A. (1989) – *Estrela. Uma visão natural. A natural approach*, PNSE/ICN, Lisboa.
- CARVALHO, P. e FERNANDES, J.L. (2003) - “ Património, memória e identidade : repensar o desenvolvimento” in *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- CARVALHO, P. (2005) – *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*, Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- CAVACO, C. (1994) – *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Lisboa, Direcção-Geral do Desenvolvimento Local.
- CAVACO, C. (1995) – “Turismo rural e desenvolvimento local”, in CAVACO, C. (Coord.), *As Regiões de Fronteira*, p.351-402, C.E.G., Lisboa.
- COMMISSION EUROPÉENNE (1991) – *Zones de Montagnes. Données de Base et Statistiques*, CES, Bruxelles.
- CRAVIDÃO, F. e CUNHA, L. (1994) – “Ambiente e práticas turísticas em Portugal”. *INFORGEO, Associação Portuguesa de Geógrafos*, Nº6, Lisboa.
- CUNHA, L. (2003) – “ A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local”, in CAETANO, L. (Coord.), *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- DEBARBIEUX, B. (1995) – *Tourisme e montagne*, Economica, Paris.
- DIRY, J. (2002) - “La notion de «moyennes montagnes», in BORDESSOULE, É. (Coord.), *Questions de Géographie : Les Montagnes*, p. 33-46, Editions du Temps, Nantes.

DIRECÇÃO GERAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (1984) – *Carta Europeia de Ordenamento do Território*, MAOT/SEA, Lisboa.

FERNANDES, G. (1998) – “Turismo em Regiões de Montanha: dimensão significado e perspectivas para a Serra da Estrela”, in *Beira Interior Região de Fronteira: Actualidades e Perspectivas*, UBI, Covilhã.

FERNANDES, G. (1999) – “A dinâmica do espaço montanhoso e o seu potencial turístico: Uma avaliação para a Serra da Estrela” in CAVACO, C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural: Desafios e Utopias*, p. 319-327, CEG, FLUL, Lisboa.

FERNANDES, G.P. (2001) – “Evolução e Significado do Extremo Ocidental da Cordilheira Central, como Espaço de Articulação Histórico, Sócio-Económico e Ambiental”, *Actas Do 1º Congresso de Estudos Rurais* (formato electrónica), SPER, UTAD, Vila Real.

FERNANDES, G.; VIEIRA, A.(2004) - “Problemáticas do Turismo em áreas naturais e o seu significado nos concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela”, in SIMÕES O. e CRISTOVÃO, A. (Coord.), *Turismo em Espaço Rural e Natural*, p. 135-152, Coleção de Estudos do Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.

FERNANDES, G. (2005) – “Dinâmicas e transformações nas serras da Cordilheira Ibérica: da (des)articulação produtiva à (re)valorização ecocultural”, in JACINTO, R e BENTO, V. (Coord.), *Territórios e Culturas Ibéricas*, p. 60-74, Campo das Letras, Porto.

FERNANDES, G. (2006) – “Perspectivas de desenvolvimento das áreas de montanha. O caso da serra da estrela”, in JACINTO, R e BENTO, V. (Coord.), *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios*, p. 81-100, Centro de Estudos Ibérico, Campo das Letras, Porto.

FERNANDES, G. (2007) – “Turismo na Beira Interior”, in REIGADO, F. e MATOS, A. F. (Eds.), *Dinâmicas de Desenvolvimento e Valorização dos Recursos Endógenos na Beira Interior*, p. 141-186, Planicôa, Guarda.

FIGUEIREDO, E. (2007) “A Periferia das Periferias. Áreas protegidas em espaços rurais”, in DENTINHO, T e RODRIGUES, O. (Coord.), *Periferias e Espaços Rurais, II Congresso de Estudos Rurais*, p. 151-172, Príncipia Editora, Estoril.

GERALDES FREIRE, J.P. E ALL. (1996) - *O turismo no espaço rural na Região Centro*. CCRC, Coimbra.

HENRIQUES, P.C. (1996) – *Parques e Reservas de Portugal*, Ed. Verbo, Lisboa.

INSKEEP, E. (1991)- *Tourism Planning. Integrated and Sustainable Development approach*. Van Nostrand Reinhold, New York.

INSITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2006) – Programa Sectorial da Rede Natura 2000 – Relatório, ICN, Lisboa.

INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL (2004) – PITER II – Programas Integrados Turísticos Estruturantes e de Base Regional, ITP, Lisboa.

INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL (2005) – SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação estratégica, ITP, Lisboa.

JOAQUIM, G. (1997) – “Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do turismo responsável”, *Sociologia problemas e práticas* nº 23, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, departamento de sociologia, ISCTE, Lisboa.

MARTINEZ DE PISON, E. (1985) - “Los conceptos y los paisajes de montaña ”, *Supervivencia de la Montaña, Actas del Coloquio Hispano-Francés sobre Areas de Montaña*, p.21-34, Ministerio de Agricultura. Casa de Velazquez. Madrid.

MESSERLI, B. e PRICE, M.F. (2002) – “Promoción del desarrollo sostenible de las zonas de montaña: de Río al Año Internacional de las montañas y más adelante”, *Revista Unasylva*, nº 208, Vol. 53, p. 6-18, FAO : Roma.

NEPAL, S.K. (2002) – “El turismo como base del desarrollo sostenible en la montaña: visión retrospectiva del Himalaya nepalés”. *Revista Unasylva*, nº 208, vol.53, pp.38-45, FAO, Roma.

OLIVEIRA E CUNHA, L (2002) – “Uma perspectiva para a gestão integrada das áreas naturais ”, *Revista Millenium*, nº 25, p.23-46, Instituto Politécnico de Viseu, Viseu.

ORTEGA VALCARCEL, J. (2004) – “Áreas de Montaña: de la supervivencia a la integración”, *Boletín de la AGE*, nº 38, p. 4-28, Madrid.

PARLEMENT EUROPÉEN (1999) – *Vers une politique européenne des montagnes*, AGRI 111/Afr, PE167, 843/AE, Luxembourg.

PARTIDÁRIO, M (2003) – “Turismo em Espaços Rurais e Naturais: uma oportunidade sustentável”, in SIMÕES O. e CRISTOVÃO, A. (Coord.), *Turismo em Espaço Rural e Natural*, p. 115-126, Colecção de Estudos do Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.

PRICE, M.F. e MESSERLI, B. (2002) – “Promocion del desarrollo sostenible de las zonas de montaña: de Río al Año Internacional de las Montañas y más adelante”, *Unasylva*, nº 208, p. 6-17, FAO, Madrid.

- RIBEIRO, O. (1986) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª ed., Ed. Sá da Costa, Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1991) – “Montanhas pastoris de Portugal, tentativa de representação cartográfica”, in *Opusculos Geográficos, IV Vol. - O mundo rural*, FCG, Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1995a) – *Introdução ao estudo da geografia regional*, Edições Sá da Costa, Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1995b) – *Estudos Regionais - Opusculos Geográficos*, VI Vol., FCG Lisboa.
- RIBEIRO, O. (1996) - “L’occupation humaine des montagnes”, in *Opúculos Geográficos, Vol IV*, FCG, Lisboa.
- SERAFIM, M. R. (2005) – “Contributo do LEADER+ para as áreas de montanha”, *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de montanha* –, II série, nº 28, p.3, Idrha, Lisboa.
- SILVA, C. (2000) – “Áreas Protegidas em Portugal: que papel”, *Geoinova*, nº2, p. 27-44, Lisboa.
- SIRGADO, J. R. (1994) – “Turismo e ruralidade: ao encontro de um desenvolvimento rural alternativo”, *Agroeconomia*, Nº 1, Julho, Lisboa.
- SIRGADO, J. R. (1996) - “Turismo e ambiente em Portugal, tendências e perspectivas. Uma breve introdução”, *Turismos e Lazeres*, p. 35-51, CEG, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SONEIRO, J. C. (1991) - *Aproximacion a la geografia del turismo*; Ed. Sintesis, Madrid.
- TROITIÑO VINUESA, M. e All (2005) – “Los espacios protegidos en España: significación e incidencia socioterritorial”, *Boletín de la AGE*, nº 39, p.227-265, Madrid.
- VAZ, M. (1998) – “Expressão do Turismo na Beira Interior” in *Beira Interior como Região de Fronteira*, p. 149-180, Universidade da Beira Interior, Covilhã
- VAZ, M. (2001) - “ O Turismo” , *Potencialidades de Desenvolvimento de Concelhos da Zona da Serra da Estrela*, Revista Estudos e Análises nº 29, ed. Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa
- VERON, F. (1995) – “Gestion de L’espace en Montagne. Pratique ancienne, nouvelles questions”, in BARRUET, J. (Coord.), *Montagne laboratoire de la diversité*, p. 143-150, CEMAGREF, Grenoble